



Formação e práticas na educação de jovens e adultos

■ DEISI CORD* Y GABRIELA ALBANÁS COUTO**

Roberto Catelli Jr. (org.).
Formação e práticas na educação de jovens e adultos,
São Paulo, Ação Educativa,
2017, 207p.

Visando um diálogo com educadores da EJA, o fio condutor da coletânea organizada por Roberto Catelli Jr. é a defesa da modalidade como promotora dos direitos humanos aos seus sujeitos, pessoas jovens e adultas que, em geral, estão excluídas não apenas de processos de escolarização, mas de toda uma série de direitos sociais. Publicada em 2017, com 207 páginas, a obra traz contribuições de pesquisadores e docentes da modalidade, cujas reflexões e pesquisas recentes são apresentadas ao leitor por meio de doze artigos e dois relatos de experiência, mostrando a multiplicidade de questões pedagógicas, científicas e políticas que perpassam a Educação de Jovens e Adultos.

Esta resenha foi organizada a partir do conteúdo latente dos artigos. No primeiro eixo encontram-se cinco produções que abordam, a partir de diferentes perspectivas, a relação da EJA com os direitos humanos. O segundo eixo apresenta artigos que giram em torno da temática dos letramentos como práticas sociais concretas. E o terceiro, referente a dois capítulos, refere-se às questões de raça e gênero na EJA. Por fim, são apresentados dois relatos de experiência.

Abrindo o primeiro eixo, o texto “Tradições e concepções de Educação de Jovens e Adultos”, de Maria Clara Di Pierro, explicita que além da reinserção no sistema educativo, é também função da EJA oportunizar qualificação

* Doutora em Educação. Professora alfabetizadora da EJA da Rede Municipal de Educação de Florianópolis/SC. Pesquisa os sujeitos da EJA e sua relação com a cultura digital. Brasil. CE: deisicord@gmail.com

** Pedagoga, Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Grupo de Pesquisa, Estudos e Formação de Educadores de Santa Catarina e do Laboratório de Pesquisa Sociológica Pierre Bourdieu. Pesquisadora de temas como justiça escolar e sociologia da educação. Brasil. CE: gabrielaacouto@gmail.com

profissional, capacitar para o associativismo e empreendedorismo, favorecer o manejo de novas tecnologias e a fruição cultural ao longo da vida, enfocando processos educativos que contribuam para a construção das identidades coletivas, a organização comunitária e a formação política para a cidadania ativa. A autora aborda, ainda, as diferentes concepções de EJA: a visão compensatória, a educação popular e o paradigma da aprendizagem ao longo da vida. Ressalta, ao final, ser fundamental reconhecer a existência de outras demandas para a modalidade, provenientes de diversos movimentos sociais que clamam por participação e justiça.

Sérgio Haddad, em “Educação de Jovens e Adultos, direito humano e desenvolvimento humano”, visita a noção contemporânea de direitos humanos, formulada na Declaração Universal de 1948, bem como seus princípios de indivisibilidade, interdependência e universalidade. Por considerar um direito fundamental, que facilita e possibilita a conquista dos demais direitos e da participação e do bem-estar social, Haddad entende a educação escolar como direito que pressupõe o desenvolvimento de todas as habilidades e potencialidades humanas. Ao fazer uma revisão do marco legal e político da EJA, o autor apresenta diversos indicadores, tais como os do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República do Brasil (2010), e questiona por que a desigualdade de acesso aos direitos educativos persiste mesmo à igualdade formal perante as leis.

Nesta mesma direção, Roberto Catelli Jr. em “Os direitos humanos e o currículo de ciências humanas na Educação de Jovens e Adultos” explora a temática dos direitos humanos em interface com a construção do currículo de ciências humanas na EJA. Trata-se de um texto de denúncia, em que o autor apresenta diversos dados que mostram as violações de direitos às quais os sujeitos da EJA estão expostos ou são próximos. Diante de tais dados, que revelam profunda desigualdade social, questiona qual seria o currículo adequado para a modalidade. Uma das possibilidades de resposta estaria na criação de currículos voltados ao fortalecimento da igualdade e dos direitos humanos, na defesa de uma formação humanística, que considere a

relação do ser humano com a natureza e com o desenvolvimento tecnológico e suas implicações.

Em “A educação popular e o desenvolvimento de propostas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos”, João Colares da Mota Neto argumenta que a educação popular é, possivelmente, a tradição pedagógica mais original nascida na América Latina, tratando-se não apenas de um pensamento educacional, mas de um movimento de educadores presente em todo o continente. O autor apresenta três diretrizes pedagógicas para a EJA inspiradas nos princípios da educação popular freiriana: a pesquisa, o diálogo e a problematização, propostas estas que desafiam os professores da EJA a seguir lutando por uma educação que seja promotora dos direitos humanos na América Latina.

Em um segundo artigo, “O conceito de alfabetismo e o desenvolvimento de propostas e metodologias de avaliação para jovens e adultos”, Roberto Catelli Jr. encerra o bloco das produções voltadas aos direitos humanos. Discute o monitoramento e a avaliação da educação de adultos por organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que ocorrem desde os anos 1990. De 1994 em diante foram sendo modificadas as metodologias destas avaliações, ampliando-se e alternando-se os países estudados. Contudo, o foco na inserção no mundo do trabalho foi mantido. No Brasil, desde 2001, criou-se o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF). O estudo, organizado a partir de um teste cognitivo e um questionário contextual, pode contribuir para trazer ao debate, no país, de questões relativas ao direito do cidadão inserir-se autonomamente na sociedade letrada.

Consideramos que cinco produções enfocaram, desde diferentes perspectivas, questões acerca do letramento. Heloisa Ramos, com “Formação de leitores na EJA”, pontua algumas concepções iniciais com as quais opera, tal como a de leitura – a mesma de Paulo Freire quando diz que não basta ler mecanicamente, mas sim compreender a realidade social na qual nos inserimos. A autora faz uma defesa do porquê ler e da leitura de obras literárias na escola como um instrumento democrático de inclusão e apresenta, ainda, quais seriam as condições

ideais para o ensino da leitura na EJA e dá uma série de sugestões de procedimentos e propostas didáticas para este fim.

Já Débora Ferreira e Márcia Mendonça trazem, em “Língua(gens), multiletramentos e novos letramentos: sujeitos da EJA em rede”, uma discussão acerca das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) e a ampliação das possibilidades de uso de linguagens variadas que essas tecnologias proporcionam. As autoras refletem acerca das novas formas de comunicar(se) partindo do conceito de letramento(s), entendido(s) como práticas sociais de uso da leitura e escrita. Entrecruzadas à reflexão teórica, relatam e problematizam algumas práticas desenvolvidas por grupos ou indivíduos que representam a diversidade presente na EJA, ressaltando o protagonismo alcançado por meio dos multi e novos letramentos presentes na e potencializados pela cultura digital.

Com “Experiências de leitura dentro das aulas de ciências na EJA”, Felipe Brandoni de Oliveira reflete sobre a importância das práticas de letramento no ensino desta disciplina. A partir da noção de alfabetização científica, argumenta que é preciso aprender a ler e escrever em Ciências. Nesta direção, relata algumas atividades já experimentadas por ele em suas aulas na EJA, no intuito de contribuir para a ampliação do repertório de outros docentes, atividades estas que tiveram como objetivo problematizar informações ditas “científicas” presentes na internet e oferecer aos estudantes elementos para que eles mesmos pudessem lê-las e analisá-las de forma crítica.

Já Andréia De Fiori em “As ciências e a formação de leitores na EJA” entende que o letramento científico pode contribuir com a efetivação de um modelo democrático de sociedade. Para o rompimento com a linearidade no ensino de ciências, em defesa da contextualização do ensino escolar, De Fiori sugere algumas possibilidades metodológicas: seminários interativos, fundamentados na pedagogia de projetos e construção coletiva de textos científicos (wikitextos), além de mais alternativas, que incluem leitura coletiva, socialização oral e escrita, utilização de filmes/documentários e debates, entre outras estratégias.

A educação matemática na perspectiva da apropriação de práticas de letramento é introduzida no texto “Práticas de nu-

meramento na EJA”, Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca. Sendo o numeramento uma prática social, inserida que está na cultura e, portanto, realizada a partir da linguagem e de procedimentos e representações, atende à disputa de ideias, intenções, argumentos e valores. Desse modo é fundamental que pensemos a educação matemática no sentido de que os estudantes da EJA possam inserir-se de maneira crítica na cultura, compreendendo como a sociedade se organiza e se estabelece, a partir do acesso, interpretação e produção de diferentes textos, recheados de quantidades, medidas, comparações, ordenações, classificações, reconhecimento e organização de formas, localização no espaço e suas representações – ideias tipicamente matemáticas.

Em um terceiro eixo, temos duas produções da coletânea que enfocam questões de identidade. A primeira, “Educação de Jovens e Adultos e relações étnico-raciais”, de Ednéia Gonçalves, analisa que mesmo com a questão étnico-racial tendo sido contemplada na legislação educacional no Brasil, a temática na EJA (e, podemos acrescentar, na educação em geral) tem sido sistematicamente ignorada. A autora defende que a modalidade é, sim, espaço apropriado construir competências docentes de enfrentamento ao racismo e elenca cinco fundamentos da EJA que dialogam com essa questão e sua superação – para cada um deles articula implicações e vários desdobramentos na perspectiva racial. Desta forma, a autora contribui grandemente para o planejamento de ações na prática pedagógica, permitindo aos educadores atrelar a abordagem da questão racial a outras questões próprias do estudante jovem e adulto, como conteúdo multidisciplinar.

Em “Relações de gênero na perspectiva do currículo da EJA”, Michele Escoura traz uma importante contribuição ao conceitualizar “gênero” e apresentar dados que mostram as desigualdades de gênero que produzem efeitos diretos no cotidiano da educação de jovens e adultos com base em pesquisas recentes. Entre os desdobramentos da desigualdade de gênero na EJA, a autora discute feminização do magistério e desvalorização profissional, violência doméstica contra a mulher, mães e pais na EJA, meninos jovens e em conflito com a lei e, por fim, população LGBT.

Na seção Relatos de experiência, Daniel Godinho Berger e Sonia Santos Lima de Carvalho apresentam “A pesquisa como princípio educativo na EJA na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis”, modelo pedagógico próprio implementado nesta rede de ensino localizada na Região Sul do Brasil a partir do ano 2000. A Proposta consiste em considerar as aprendizagens por meio da busca cooperativa pelo conhecimento, considerando a existência de três dimensões de conteúdos: os referentes ao fazer pesquisa, os que surgem das problemáticas levantadas pelos estudantes e “os conhecimentos instrumentais, que são ferramentas para o alcance de novos conhecimentos”, conforme Gimeno (2015).

Por fim, o relato de Maria Adélia Gonçalves Ruotolo e Rosana Meire Giannoni, denominado “CIEJA Cambuci: uma escola de portas abertas” aborda as transformações pelas quais passaram um Centro Integral de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) na cidade de São Paulo, a partir da adesão, em 2015, ao Programa Transcidadania, coordenado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. A necessidade de refletir acerca da inclusão de estudantes travestis e transgêneros – historicamente invisibilizados pela/na escola e, justamente por esse motivo, receosos de voltar a frequentá-la – trouxe ao coletivo de educadores o desafio de repensar o espaço, o currículo e as relações presentes no cotidiano. As autoras avaliam que os resultados vêm sendo muito produtivos, tendo transformado a todos os envolvidos. Desta forma, ambos os relatos de experiência trazem desafios parecidos, resguardadas as particularidades: a formação de professores e a frequência e participação dos estudantes.

A coletânea evidencia a complexidade e a diversidade da EJA, seja de seus sujeitos, seja dos currículos, práticas pedagógicas e políticas públicas pertinentes. Todavia, é possível questionar e problematizar estas perspectivas a partir do mergulho em aspectos fundamentais da modalidade, buscando interação com os sujeitos e suas realidades. A partir dessa leitura, o currículo no trabalho cotidiano pode ser revisitado, alargando o espaço de reflexão acerca dos signatários do direito à EJA, legitimando seus saberes.